



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo

PORTARIA Nº 153/SMGRI/2025

Define as autoridades competentes para julgamento de Processo Administrativo Sanitário no Município de Santo Ângelo/ RS, e seus recursos e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Santo Ângelo, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 197 da Constituição Federal, que submete as ações e serviços de saúde, por serem de relevância pública, à regulamentação, fiscalização e controle do poder público;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que estabelece as infrações à legislação sanitária federal, imputando as penalidades correspondentes e o devido processo legal a ser observado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 23.430, de 24 de outubro de 1974, que dispõe sobre as obrigações de ordem sanitária em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul;

CONSIDERANDO a necessidade de normatização por parte da Vigilância Sanitária Municipal no que se refere à definição das instâncias para julgamento de Processo Administrativo Sanitário no município de Santo Ângelo/RS, e seus recursos;

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir as instâncias de julgamento dos processos administrativos sanitários instaurados no Município de Santo Ângelo - RS;

- I- Em primeira instância competirá a instrução e julgamento do processo administrativo sanitário, instaurado pela Vigilância Sanitária Municipal, ao coordenador da Vigilância Sanitária.
- II- Em segunda instância o julgamento do recurso do processo administrativo sanitário competirá ao Secretário Municipal de Saúde.
- III- Em terceira e última instância compete ao Prefeito Municipal julgar o recurso interposto pelo autuado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO JOSÉ ALCEBÍADES DE OLIVEIRA, em 17 de julho de 2024.


NÍVIO BOELTER BRAZ
Prefeito